

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO: SIM OU AINDA NÃO? BOLSONARO: DESTRUIÇÃO EM CURSO DAS CONQUISTAS DA CLASSE TRABALHADORA NO PANO DE FUNDO DAS ELEIÇÕES DE 2022?

Análise de conjuntura internacional

Uma parte expressiva de nosso movimento sindical docente universitário do ANDES vem, por sucessivos Congressos Nacionais até o último deles, em termos de análise de conjuntura internacional, defendendo – principalmente via Meszaros (“Para Além do Capital”, 1995) – que o capitalismo se encontraria, supostamente, em seu estágio de irreversível declínio desde o início dos anos 1970 chegando a um limite histórico insuperável, “absoluto”, de suas possibilidades de novos e grandes ciclos expansivos de acumulação de capital privado, ou seja, chegando a uma “depressão contínua”: é a chamada “Crise Estrutural do Capitalismo” (CEC). Defendemos uma avaliação mais complexa, não mais caracterizada por uma homogeneidade econômica do capital ao redor do planeta. Pode-se conjecturar que haverá futuramente uma CEC, mas tal etapa planetária da trajetória do sistema capitalista não parece ainda estar em curso até a presente conjuntura. Em um certo, mas expressivo, “canto do mundo” – não ocidental – estamos assistindo, desde o fim da URSS pelo menos, a uma notável expansão produtiva chinesa, que veio e vem se destacando como a locomotiva do PIB mundial e, mercê dessa expansão, tem sustentado um largo incremento na massa salarial chinesa.

Estamos assistindo através dessa expansão chinesa a uma imensa transformação em curso da economia mundial que foi prevista em seus traços gerais – mas sem data para ocorrer – por dois revolucionários socialistas do séc. XIX: Marx e Engels (1850: “Deslocamentos do Centro de Gravidade Mundial” do Comércio) e Marx (1858: Carta a Engels) e que ainda não tem a ver com uma CEC. Tratar-se-ia segundo esses dois socialistas de uma segunda e extraordinária mudança – político-econômica – da Bacia do Atlântico (declínio da hegemonia geopolítica euro-americana sobre o restante do planeta e concomitante estagnação econômica ocidental no comércio através do Atlântico) para a Bacia do Pacífico, em direção à China, articulada à costa oeste dos EUA. Estes dois socialistas apontam uma primeira grande mudança político-econômica – há cerca de 500 anos atrás a contar retroativamente de hoje – da Bacia do Mediterrâneo para a Bacia do Atlântico via Grandes Navegações/Descoberta da América que “viu nascer o capitalismo”, assim como a segunda acima “talvez verá o fim do capitalismo” (sem explicações dos dois autores) quando se esgotar o previsto ciclo expansivo chinês, não antes. Em síntese, os dois autores apontam nos anos 1850 para um “futuro declínio” do crescimento econômico ocidental com o deslocamento “combinado”, na direção da Ásia (via locomotiva capitalista chinesa), para um novo e temporário (e talvez último) centro de gravidade de crescimento econômico capitalista.

Parte ao menos deste quadro de um devir antecipado pelos dois revolucionários do séc. XIX, parece se materializar paulatinamente no planeta pelo menos nos últimos 30 anos. Em particular, um gráfico de macroeconomia, oriundo da inteligência ocidental capitalista (a partir de 2012, através do economista B. Milanovic, ex-analista do Banco Mundial e pesquisador na área da Desigualdade Mundial no Capitalismo): um gráfico com a forma de um “elefante” parece sintetizar matematicamente ao menos parte daqueles “insights” qualitativos de Marx e Engels. É a “Curva do Elefante” (CE). Tal gráfico descreve os dados de 196 países classificando-os em percentuais (de 0% a 90%) com base nos diferentes aumentos ou incrementos de renda familiar real (entre 1988 e 2008) – eixo vertical – auferidos em diferentes extratos de renda que vão sistematicamente – eixo horizontal – dos extratos mais pobres até os mais ricos da população global daqueles países, dividindo-se este último eixo que vai de 0% até 100% em cem pedacinhos iguais que indicam rendas sistematicamente crescentes (note-se bem a diferença entre “renda” e “incremento de renda”). A curva resultante tem a forma aproximada de um “elefante”. Na “corcunda” do elefante, que ocupa quase os primeiros 50% das rendas, que vão de zero até praticamente alcançar o máximo de um patamar modesto de renda, observa-se notável incremento da renda familiar naquele período, em boa parte puxados principalmente pela China e, em menor grau, por certo número de outros países emergentes, em boa parte na região em volta da China chegando até a Índia. Na região do 1% de renda máxima, na extremidade direita do gráfico, também ocorre um notável incremento de renda: é a “tromba do elefante”. Esse, grosso modo, seria o universo – na expressão da mídia – dos “ganhadores da globalização” (a “classe média” – uma expressão reificada da mídia, apartada do restante da classe trabalhadora – da emergente potência China e o minúsculo 1% de grandes rentistas e, afinal, do grande capital). Na região de renda entre 75% a 85% (entre a corcunda e a tromba do elefante) – com incremento zero ou “fundo do fosso” praticamente em 80% - agora com renda tipicamente representada por setores da classe média dos países desenvolvidos, praticamente não houve

incremento de renda do mesmo período. Isto é, a “Curva do Elefante” (CE) apresenta nessa região (aquela entre o “corpo do elefante” e sua “tromba”) de rendas uma forte “queda”. Aí estariam os grandes “perdedores”. Têm havido críticos dessa interpretação corrente da CE dentro do próprio capitalismo. Assim, para o “Peterson Institute for International Economics” (2016), desagregando os dados de diversas áreas de renda ao longo da CE, o argumento decisivo é que o que zera o aumento de rendas em torno de 75% a 85% (no período 1988-2008), não é o desempenho dos EUA ou da UE, mas o desempenho de “crise” (que não será explicada aqui) apenas dos países da Europa Oriental e do Japão no mesmo período.

Se partirmos da curva global do elefante e só mantivermos os dados de renda e de incremento de renda apenas para os países “desenvolvidos” (excluindo o Japão e a Europa Oriental) desaparece a suposta queda a zero na classe média ocidental. A curva resultante de tais países “desenvolvidos” perde grandes picos e grande fossos no incremento de renda familiar quase monótono em torno de 40% entre 1988 e 2008. Mas, mesmo assim, quando reintroduzimos a China é como se déssemos um puxão para cima dessa quase reta a partir do meio do eixo horizontal (50%) de renda, o que gera um pico bem claro com incremento de renda que chega a dobrar os 40% dos desenvolvidos, atingindo os 80% de incremento salarial. Assim, sem sequer haver um declínio ou crise capitalista aguda do lado ocidental ou sem sequer uma “crise de classe média” (uma “crise” midiática apartada da totalidade da classe trabalhadora) dos “desenvolvidos”, tem-se, mesmo assim, um claro “deslocamento do centro de gravidade mundial (do comércio)”, na expressão de Marx, em direção a China.

Há uma Curva do Elefante (2008-2013) de Milanovic saída em julho de 2020. Nesse período pós-crise de 2008, a tromba do elefante quase que desaparece (essa súbita queda na desigualdade mundial, a julgar-se pelos EUA de 2013 até a pandemia, parece ter se invertido e voltado na direção dos altos índices de incremento de renda dos 1% mais ricos de 1988-2008); enquanto isso, o incremento porcentual da massa salarial – alavancado pela China – vai-se deslocando claramente na direção das rendas mais altas da classe média dos “países ricos”: nesse ritmo, a “classe média ocidental” tenderia a ir “ficando relativamente para trás”.

Análise de conjuntura nacional

Para compreendermos de maneira mais adequada a realidade na qual estamos inseridos, torna-se importante e estratégico elaborar uma análise de conjuntura sobre os principais fatos. Afinal, esta análise possibilita uma melhor compreensão do contexto político num dado momento, bem como estabelecer estratégias e táticas para as nossas lutas cotidianas. Além disso, possibilita uma reflexão sobre os diversos retrocessos econômicos, políticos, sociais e ambientais no nosso país,

Conjuntura do governo "destruidor" Bolsonaro e suas consequências na eleição de 2022: o governo Bolsonaro não é “apenas” o destruidor do meio ambiente, mas o destruidor de direitos do trabalhador, emprego e renda, sistemas de educação, de saúde, de ciência e tecnologia. Para detectarmos isso, basta ver a inflação acumulada no ano de 2021 (mais de 10%), a maior desde 2015. O efeito disso é nítido no “bolso” do trabalhador e no seu já “encolhido” orçamento doméstico. No entanto, não existe causa que não tenha efeito. E na política, isso não é diferente. Basta observar as diversas e desnecessárias polêmicas criadas pelo BOLSONARO e sua equipe de governo, principalmente sobre as vacinas da Covid-19, o que tem influenciado de maneira significativa em seu desempenho de campanha, bem como na campanha dos governadores que ele tem apoiado. Em nossa análise partimos do pressuposto de que: 1) A população tem observado quais os políticos que estão em campanha que mais se identificam com Bolsonaro, portanto agem e irão agir como o presidente; 2) Além disso, a população tem investigado quais os políticos no cenário nacional têm apoiado as suas propostas no Congresso Nacional e quais tem sido “apadrinhados” pelo Bolsonaro; 3) Ocorrerá um novo lockdown devido a variante “omicron” na reta final do primeiro turno? E se isso ocorrer, qual grupo político tiraria o maior proveito desse fenômeno: Bolsonaro ou Lula? Alguma nova onda, e quais seriam suas reações/propostas? 4) Qual será o “anti” da vez, que rejeição vai prevalecer? Todas essas questões estão fortemente presentes no “tabuleiro político” da atualidade. Porém, é possível perceber que a população já possui uma forte tendência a apoiar, em sua maioria, os candidatos que se identificam como preocupados em salvar vidas, que defendam as campanhas de vacinação em massa, que adotem medidas efetivas e comprovadas cientificamente de combate ao vírus, bem como se comprometam com campanhas que valorizem o SUS, a ANVISA, a FIOCRUZ, garantindo de forma efetiva e imediata, a preservação da vida de todos/todas. É importante destacar uma velha máxima na política de que “o bom político” é aquele que “nunca revela os seus interesses mesquinhos em primeiro lugar”. A estratégia dessas lideranças políticas está em dar uma nova roupagem para suas “mesquinhas”, colocando-as sempre como

algo de “interesse público” ou da “nação”. O presidente Bolsonaro tentou aplicar essa tática ao usar a retórica de que “...o povo não será cobaia da vacina ou de nenhuma empresa farmacêutica”. No entanto, essa postura usa uma lógica onde se tenta tornar o medo da vacina/vacinação maior do que o medo da Covid-19, o que é uma lógica argumentativa bastante arriscada e porque não dizer, improvável, pelo menos para a maioria da população. Somada a essa postura anti-vacina e negacionista por parte do Bolsonaro e seu governo, outro problema é a estratégia adotada pelo presidente contra os governadores, principalmente os governos estaduais que não pertencem a partidos de sua base política, como é o caso dos governos da Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte e São Paulo. Essa tentativa de culpar os governadores pelas péssimas políticas adotadas pelo Governo Federal e toda sua equipe, não só quanto a morosidade da ANVISA na liberação das vacinas e conseqüentemente da vacinação, como também pela política econômica supostamente adotada por eles no preço dos combustíveis, sabendo-se que o governo Bolsonaro foi quem escolheu adotar o “Preço da Paridade de Importação” (PPI), que reflete os custos totais para internalizar um produto. Essa disputa de narrativa contrária as vacinas tem gerado constantes intervenções do Judiciário, o que causa bastante desgaste político e midiático na imagem de poder construída pelo presidente, de que o “poder da caneta está com ele”, dando sucessivas vitórias ao poder Judiciário, um dos poderes mais atraídos pelos holofotes do ativismo político-midiático. Porém, após os últimos fatos contra o ex-juiz, ex-ministro da justiça do governo Bolsonaro e agora o atual candidato a presidente pelo PODEMOS, Moro, tem demonstrado de maneira contundente, não só a sua parcialidade na realização do Golpe de 2016 contra Dilma, como também na prisão do ex-presidente Lula, que inclusive o prejudicou de diversas maneiras, retirando-o da disputa presidencial de 2018, o que de fato o beneficiou direta e indiretamente. Mas, como todos nós já sabemos, o seu plano de ser indicado como ministro do STF, foi interrompido pelas disputas pelo poder com o atual presidente e a sua ala bolsonarista mais radical.

Mas, uma pergunta fica no ar: haverá um segundo turno nas próximas eleições presidenciais? Havendo eleições, essa "nova política" construída ao longo do período pandêmico demonstrará sinais de fraqueza? Nunca é bom subestimar o bolsonarismo, ainda mais com este estando com a máquina do Estado em seu poder. Além disso, não podemos esquecer do antipetismo, um fenômeno que aparenta estar meio esquecido, até porque o desempenho do PT contra o governo Bolsonaro, nas ruas, anda muito fraco ou praticamente inexistente. Como era de se esperar, o PT tem apostado todas as suas fichas na campanha de Lula e de suas articulações políticas para a presidência da república. Porém, se esse movimento antipetista vier, deve vir de maneira mais genérica, como anticomunismo ou como anti-esquerda, a qual, diga-se de passagem, anda bem desarticulada e pulverizada, principalmente após as eleições em 2018. No entanto, uma coisa é certa: cresce, mesmo que de maneira ainda inexpressiva, o movimento antibolsonaro. Além disso, existe a tentativa de atrair parte da base que apoiou o governo Bolsonaro, para que agora apoie a candidatura de Lula. Basta observar a indicação de Alckmin (PSDB) para a vice-presidência de Lula, o sinal claro de um novo governo de aliança de classes, como foram os governos de Lula, principalmente em seu primeiro mandato. Porém, uma parte dessa mesma direita, parece desgarrar do presidente Bolsonaro e não aceita apoiar o candidato do PT (usando ainda o argumento do antipetismo), apoiando outros nomes como alternativa a esse binômio polarizado (Lula-Bolsonaro), a exemplo de Ciro e Moro, onde o primeiro muitas vezes aparece como um autodenominado líder de um movimento independente de “centro-esquerda”, usando a pauta de “descolado” de Bolsonaro e do PT. Isso ocorre no atual momento em que as pesquisas de intenção de voto, em sua maioria, já garantem a eleição do candidato da oposição, Lula, e onde especialistas apontam que sua vitória ocorrerá no primeiro turno. Porém, é importante lembrar que essa provável vitória de Lula não ocorrerá apenas pelo fato de que muitos de seus apoiadores sejam contrários às políticas do governo Bolsonaro, mas também pelo fato de que atualmente existe uma fração de empresários que apoia e apoiaria sem problemas algum, o Lula do primeiro mandato (essencialmente neoliberal) de 2003-2006, o qual, é importante lembrar, foi comandado por dois velhos “muy amigos” do povo: Meirelles e Palocci. Dessa forma, essa “aliança para “tirar” Bolsonaro do poder em defesa dos interesses populares, pode não passar de mais um engodo de ao menos uma fração da burguesia brasileira, que já articula um novo governo, com uma nova aliança de classes, tendo em vista um cenário de derrocada do atual governo.